

PELLEGRINI, Marcelo. O governo Dilma é extremamente repressivo. **Carta Capital**, São Paulo, Entrevista com Paulo Malvezzi, 26 fev. 2015a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-dilma-e-extremamente-repressivo-4045.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PELLEGRINI, Marcelo. A guerra às drogas resultou em um genocídio e prisões em massa. **Carta Capital**, São Paulo, Sociedade, 24 abr. 2015b. <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-as-drogas-resultaram-em-um-genocidio-e-prisoas-em-massa-4739.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PETRAS, J. “Os fundamentos do neoliberalismo”. In: RAMPINELLI, Waldir J.; OURIQUES, Nildo D. (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1997.

SOUZA, C.L.S. **Questão agrária, superexploração e migração temporária: O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES/PPGPS, 2016.

SOUZA, N.A. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

THALHEIMER, August. **Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial**: 1946. Tradução do alemão por: SAP. Centro de estudos Victor Meyer [online], jan. 2012. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Linhas-e-conceitos-basicos-da-politica-intern.-apos-a-II-guerra.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida: A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese (Doutorado e, Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

WACQUANT, Loïc. **Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad social**. Tradução: Margarita Polo. Barcelona: Gedisa, 2010.



## PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE LUTAS, ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

*Production of knowledge of post-graduation courses in social work on struggles, organizations, social movements and social work*

Maria Lúcia Duriguetto\*



### RESUMO

O artigo trata do estado da arte da produção acadêmica das Teses de Doutorado e das Dissertações de Mestrado dos cursos de Pós-Graduação da Área Serviço Social (1985-2011), que analisaram a questão das lutas, organizações e movimentos sociais dos trabalhador(a)s e sua relação com o Serviço Social e o trabalho profissional.

### PALAVRAS-CHAVE

Produção do Conhecimento. Pós-Graduação. Serviço Social. Movimentos Sociais.

### ABSTRACT

The article exposes the question of the state of the art of the academic production of the PhD Theses and of the Master's Dissertations of the Post-Graduation Courses of the Social Work Area (1985-2011), which analyzed the question of struggles, organizations and social movements if your relationship with Social Work and professional work.

### KEYWORDS

Knowledge Production. Postgraduate studies. Social Work. Social movements.

Submetido em: 15/8/2017

Aceito em: 31/10/2017

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Rua José Lourenço Kelmer, s/no., Campus Universitário, Bairro São Pedro, Juiz de Fora (MG), CEP.: 36036-900. Bolsista produtividade-CNPQ. E-mail: <[maluduriguetto@gmail.com](mailto:maluduriguetto@gmail.com)>.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos parte das conclusões das análises realizadas nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* - área Serviço Social – que tiveram como objeto de reflexão a questão das lutas, organizações e movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social. Esta pesquisa é uma das atividades desenvolvidas pela Coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social - da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - gestões 2010-2016<sup>1</sup>.

A pesquisa foi realizada nas informações disponibilizadas nos sites dos Programas de Pós-Graduação (Serviço Social - *stricto sensu*<sup>2</sup>) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os termos pesquisados foram Serviço Social; movimentos sociais; lutas sociais e de classe; participação social e popular; conselhos de direitos. Foram encontradas 315 Teses e Dissertações que abordavam

1 O GTP, conforme orientação da ABEPSS, vem desenvolvendo reuniões entre os seus membros e encontros ampliados com pesquisadores na perspectiva de promover articulações entre esses e profissionais, docentes, discentes e grupos identificados com o estudo da temática do GTP, bem como constituir o estado da arte da produção do conhecimento do Serviço Social nesse eixo temático. O GTP tem ainda o objetivo de promover um espaço teórico-investigativo e político para responder a uma necessidade dos pesquisadores de conhecer os sujeitos dessa produção, as áreas de investigação e as tendências gerais que estão expressas no conjunto dos estudos referente à temática em questão. É nesta direção que esta pesquisa apresentada neste artigo foi realizada. A pesquisa foi coordenada pela Profa. Maria Lúcia Duriguetto, com a colaboração, para a coleta de dados e leituras/resumos das Teses e Dissertações realizadas no período 2011-2012 - das então discentes de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UFJF) Taciane Couto e Luana Almeida e do mestrando Raphael Bazarelli na feitura de gráficos e tabelas durante o segundo semestre de 2016. Uma apresentação do estado da arte da temática nos âmbitos da pesquisa – diretórios de pesquisa -; da extensão; e das produções apresentadas nos ENPESS e CBAS, pode ser encontrada em ABEPSS (2014). A continuidade das análises do estado da arte da temática na nossa área foi apresentada no Colóquio do GTP no ENPESS – ocorrido em Ribeirão Preto, em Dezembro de 2016. Neste colóquio, apresentamos a relação de todas as Teses e Dissertações produzidas sobre a temática que investigamos defendidas nos Programas de Pós-Graduação até o ano de 2011. A listagem com nome da Tese/Dissertação; autoria; Programa de pós-graduação e ano da defesa já foram enviados para serem publicados no site da ABEPSS - GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. Pela extensão destas informações, não foi possível apresentá-las neste artigo.

2 Foram consideradas somente as Teses e Dissertações realizadas em Programas de Pós-Graduação aprovados pela CAPES e classificados como Área: Serviço Social: Região Norte (4): Políticas Públicas - UFMA; Políticas Públicas - FUFPI; Serviço Social - UFAM; Serviço Social - UFPA; Região Nordeste (5): Políticas Sociais e Cidadania - UCSAL; Serviço Social - UFAL; Serviço Social - UFPA/JP; Serviço Social - UFPE; Serviço Social - UFRN; Região Centro-Oeste (2): Política Social - UNB; Serviço Social - PUC-GO; Região Leste (6): Política Social - UFES; Política Social - UFF; Serviço Social - UFJF; Serviço Social - UFRJ; Serviço Social - UERJ; Serviço Social - PUC-RIO; Região Sul II (4): Política Social - UCPEL; Serviço Social - PUC-RS; Serviço Social - UFSC; Serviço Social e Política Social - UEL; Região Sul I (2): Serviço Social - UNESP-FR; Serviço Social - PUCSP.

alguns destes temas, as quais foram agrupadas de acordo com a predominância dos conteúdos tratados. Os agrupamentos foram realizados em 08 grupos temáticos, quais sejam: 1- Gênero, Raça/Etnia e Geração; 2 - Teóricos; 3 - Partidos, Sindicatos e Organização de Articulação de Movimentos Sociais; 4- Movimentos Sociais e Políticas Sociais, Conselhos de Direitos e Experiências de Práticas de Orçamento Participativo; 5- Organizações e Movimentos Sociais e sua relação com o Serviço Social; 6- Movimentos Sociais e ONGs; 7- Organizações e Movimentos Sociais que atuam na Questão Agrária, Urbana e Ambiental; 8- Movimentos Sociais na América Latina. As pesquisas relativas a estes eixos temáticos foram quantificadas na tabela abaixo:

Grupo 1 - Gênero, Raça/Etnia e Geração	36
Grupo 2 – Teóricos	11
Grupo 3- Partidos, Sindicatos e Organizações de Articulação de Movimentos Sociais	32
Grupo 4 – Movimentos Sociais e Políticas Sociais /Conselhos de Direitos / Orçamento Participativo	136
Grupo 5 - Organizações / Movimentos Sociais e Serviço Social	26
Grupo 6 - Movimentos Sociais e ONGs	06
Grupo 7 - Organizações e Movimentos Sociais que atuam na Questão Agrária /Urbana /Ambiental	60
Grupo 8 - Movimentos Sociais na América Latina	08

Tabela 1 - Produção das Teses e Dissertações das pós-graduações da área Serviço Social no período 1985-2011 por eixos temáticos

No grupo **Gênero, Raça, Etnia e Geração**, foram incluídos estudos que tiveram como objeto de investigação os *movimentos pela liberdade de orientação sexual; feminista, étnico-raciais; quilombola; estudantil; de juventude e os dos aposentados*. O maior quantitativo das investigações sobre este eixo está pós anos 2000, período em que foram encontradas 30 produções referentes aos movimentos sociais que o compõe, com destaque para as abordagens sobre o movimento feminista, que representou 38% das produções, seguido pelos movimentos ligados à juventude e de liberdade de orientação sexual e estudantil, ambos com 14%;

étnico-raciais, 11%; quilombolas, 7% e de aposentados, 2%<sup>3</sup>.

O eixo dos **estudos teóricos**, incluímos as investigações realizadas o estudo dos *movimentos e lutas sociais e de classe; intelectual orgânico; processos de formação de militantes/consciência de classe e educação popular*. As produções sobre estas temáticas se concentraram a partir dos anos 1990, havendo uma igualdade no quantitativo total de investigações nas duas últimas décadas. Em termos da proporcionalidade de pesquisas sobre as temáticas específicas deste grupo, a distribuição tem nas produções teóricas sobre os movimentos e lutas sociais e de classe e processos de formação de militantes/consciência de classe, 36%; sobre educação popular (18%) seguido da questão do intelectual orgânico, 10%<sup>4</sup>.

No grupo **partidos, sindicatos e organização de articulação de movimentos sociais**, as investigações se concentraram na questão da organização sindical, com 75% das produções, seguida em termos quantitativos pela questão dos espaços de articulação dos movimentos sociais, com 19% e 6% se ativeram na organização partidária. Importante constatar que as temáticas expostas não constituíram nenhum objeto de reflexão nos anos 1981-1991, sendo 08 produzidas na década de 1990 a 2000, com destaque para os sindicatos. A maior concentração das investigações se observou nos anos 2001-2011, com 24 produções, mantendo a prevalência dos estudos sobre a questão sindical<sup>5</sup>.

O eixo **movimentos sociais e políticas sociais, conselhos de direitos e experiências de práticas de orçamento participativo** foi o que concentrou o maior quantitativo de produções em todo o período analisado pela pesquisa. Entre 2001-2011, foram realizadas 104 teses e ou dissertações sobre as temáticas deste grupo, com absoluta dominância da questão dos espaços conselhistas,

3 Nos anos 1981-1990 não foi identificada nenhuma produção sobre as temáticas e movimentos deste eixo e, entre 1991-2000, o movimento feminista, estudantil e os ligados à juventude foram objeto de 07 produções no total.

4 Quantitativo numérico total das produções deste eixo temático: produções teóricas sobre os movimentos e lutas sociais e de classe e sobre os processos de formação de militantes/consciência de classe (04); educação popular (02); intelectual orgânico (01).

5 Quantitativo numérico total das produções deste eixo temático: sindicato (24); espaços de articulação de MS (06); partido (02).

com 75% das produções desta década<sup>6</sup>. Subdividimos o tema movimentos sociais e políticas sociais nos enfoques específicos dados à relação das políticas sociais setoriais com os processos de organização e movimentos sociais relacionados às demandas por estas políticas. Constatamos a seguinte ênfase temática e seus respectivos percentuais de pesquisas: estudos na área da *habitação* (13%); *saúde* (4%); *transporte* (1%); *portadores de necessidades especiais* (2%). Os relatos e análises sobre as práticas de orçamento participativo circunscreveram 5% da produção acadêmica<sup>7</sup>.

No grupo temático que nucleou as investigações sobre a **relação entre as organizações/movimentos sociais e o Serviço Social**, observamos o exíguo investimento das pesquisas entre os anos 1981-1991 (com apenas 02 produções); entre 1991-2000, (06 produções) e entre 2001-2011, (18 produções). As abordagens da relação da profissão com as organizações/movimentos sociais foram assim subdivididas: *Serviço Social e Conselhos de Direitos; Serviço Social e questão agrária; intervenção profissional e movimentos sociais – relatos de experiências; Serviço Social e Feminismo; Serviço Social e produção do conhecimento sobre os movimentos sociais; Serviço Social e Habitação; Serviço Social e educação popular; Serviço Social e organização sindical*<sup>8</sup>.

As produções sobre **movimentos sociais e ONGs** foram observadas pós anos 2001, com poucas produções na década de 1990 e nenhuma nos anos 1980. Foram encontradas 05 produções entre 2001 e 2010 e 01 entre 1990-2000.

As temáticas abordadas no grupo **organizações e movimentos sociais que atuam na questão agrária, urbana e ambiental** também tiveram a concentração investigativa pós anos 2000, em que foi

6 Entre 1981-1991 identificamos 02 produções sobre as temáticas deste grupo e entre 1991-2001, 32 produções, também com destaque aqui para o estudo dos espaços conselhistas.

7 Quantitativo numérico total das produções deste eixo temático: conselhos de direitos (101); organizações/movimentos sociais na área da habitação (20); saúde (05); transporte (01); portadores de necessidades especiais (02). Os relatos e análises sobre organizações/movimentos sociais nas práticas de orçamento participativo foram abordados por 07 produções.

8 Quantitativo numérico total das produções deste eixo temático: Serviço Social e Conselhos de Direitos (11); Intervenção profissional e movimentos sociais – relatos de experiências (05); Serviço Social e organização sindical (04); Serviço Social e produção do conhecimento sobre os movimentos sociais (02); Serviço Social e feminismo; Serviço Social e habitação; Serviço Social e educação popular; Serviço Social e questão agrária, com 01 produção cada.



constatada 43 produções, totalizando 67% das análises. Neste eixo, também, foram incluídos estudos sobre os movimentos, *organizações sociais de atuação na questão urbana*, *movimentos de catadores de materiais recicláveis* e *o estudo das rádios comunitárias* que tiveram, respectivamente, 25%; 3% e 5% de produções<sup>9</sup>.

Finalizando, o eixo **movimentos sociais na América Latina** abarcou pesquisas que tiveram como objeto de reflexão os processos de organização, movimentos e lutas sociais no continente, sendo identificadas 10 produções, sendo 80% delas realizadas entre 2001-2011. Também concentramos neste eixo temático, as produções que versaram sobre a temática dos *direitos humanos*, que totalizaram 02 produções.

A análise da totalidade das produções acadêmicas a partir das temáticas que nucleam os 08 grupos expressos nos evidencia que, no período compreendido entre os anos 1981-1991, 08 teses/dissertações tiveram como objeto de suas reflexões, em ordem quantitativa, as **organizações/movimentos sociais e Serviço Social**; organizações/movimentos sociais de atuação na área da cidade; organizações/movimentos sociais de atuação na questão agrária; organizações/movimentos sociais de atuação na área do transporte; organizações/movimentos sociais de atuação na área da habitação; a temática da educação popular. No período entre 1991-2001, temos a predominância de estudos sobre a questão dos conselhos de direitos, sequenciada, respectivamente, pelas temáticas das organizações/movimentos sociais de atuação na cidade; organizações/movimentos sociais e Serviço Social; organizações sindicais; organizações/movimentos sociais na área da habitação; organizações/movimentos sociais de atuação na questão agrária, urbana e ambiental. Nos anos que compreendem o decênio 2001-2011, permacce a acentuada investigação sobre os espaços conselhistas, seguida das organizações/movimentos sociais que atuam na questão agrária, urbana e ambiental; sindicatos; organizações/movimentos sociais e Serviço Social; organizações/movimentos sociais na área da habitação; movimento feminista.

<sup>9</sup> Entre os anos 1981-1991 e 1991-2001 foram identificadas, respectivamente, 02 e 14 produções. Em termos numéricos, elas assim se distribuem: movimentos, organizações que atuam na questão agrária e ambiental (39); na questão urbana (16); movimentos de catadores de materiais recicláveis (02) e o estudo das rádios comunitárias (03).

No próximo item, expressaremos algumas sínteses dos conteúdos - que nos pareceram mais fundamentais - das produções elencadas nos 08 eixos temáticos. Estas sínteses evidenciam as categorias analíticas tratadas; questões abordadas nos referenciais teóricos e principais conteúdos conclusivos<sup>10</sup>.

## SÍNTESES ANALÍTICAS DOS CONTEÚDOS DAS TEMÁTICAS DE PESQUISA

No eixo Gênero, Raça/Etnia e Geração, as produções analisadas que tiveram como objeto de investigação os *movimentos pela liberdade de orientação sexual*<sup>11</sup> se detiveram na contextualização histórica do movimento homossexual brasileiro com ênfase nas conquistas de direitos e a questão da violência - física ou psicológica/simbólica, como o preconceito e a discriminação - que dificultam a garantia dos direitos para o público LGBT. Foram tematizados os conceitos de diversidade sexual, sexualidade, heteronormatividade, orientação sexual e projeto ético-político profissional. Também foi abordado o trabalho do Serviço Social junto às famílias que têm filhos/filhas homossexuais e os posicionamentos do conjunto CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CONSELHO REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS-CRESS) em relação à questão LGBT. As conclusões das pesquisas apontam para a necessidade de ampliação do debate acerca da questão da homossexualidade na esfera pública nacional e, ao que se refere ao Serviço Social, destaca-se a necessidade da ampliação da intervenção profissional junto à estes segmentos sociais contribuindo, particularmente, com o acesso às políticas de trabalho e na convivência familiar e social. Reitera-se que a discussão LGBT deve estar presente em todos os espaços sócio-ocupacionais para que efetivamente contribuamos com o combate à homofobia.

<sup>10</sup> Apresentaremos nossas análises das Teses e Dissertações lidas em cada eixo temático e nos subtemas que os compõem, que serão identificadas - em notas de rodapé a eles referenciados - pela quantidade dos trabalhos encontrados e os que foram analisados. Sempre nesta ordem. Quando algum subtema não aparece nas notas de rodapé é porque nenhuma produção foi analisada. Justificamos a não análise de algum subtema ou da totalidade dos trabalhos encontrados nos eixos temáticos e nos seus subtemas correspondentes por não termos encontrado os trabalhos disponibilizados nas fontes pesquisadas ou pela necessidade de termos concluído a análise das produções para a apresentação no Colóquio do GTP no ENPESS (2016). Acreditamos que as totalidades das produções identificadas no período pesquisado e a continuidade da pesquisa nos anos posteriores serão objeto de futuras análises do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social bem como dos demais GTPs que tratam das temáticas identificadas nestas produções.

<sup>11</sup> 05/03



As investigações sobre os *movimentos étnico-raciais*<sup>12</sup> buscam identificar a compreensão dos assistentes sociais inseridos em um espaço sócio-ocupacional acerca dos processos de desigualdade social, econômica e política da população afro-brasileira. Há a constatação que a questão racial é pouco visibilizada no processo de trabalho do assistente social, o que denota uma lacuna que necessita maior investimento teórico e interventivo da profissão. Também foram produzidas pesquisas que tratam das lutas do movimento negro no combate ao racismo a partir da análise da atuação de um movimento e de seus militantes, em que se avalia as políticas do governo, as respostas às suas demandas e os desafios atuais do movimento.

Nas abordagens sobre *feminismos e movimento feminista*<sup>13</sup>, foi possível verificar um campo diversificado de compreensão das lutas e perspectivas feministas. Entretanto, pode-se notar uma recorrência à utilização de conceitos e tematizações sobre gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho, relações de poder, esfera pública e privada e a participação política das mulheres em movimentos e organizações mistas. Uma das principais problemáticas apresentadas se refere às relações entre disparidades de gênero e divisão sexual do trabalho nas organizações e movimentos sociais. Os principais apontamentos indicam uma relação entre patriarcado e as relações desproporcionais de gênero; a relação indissociável entre patriarcado e capitalismo e a manutenção da cultura patriarcal. Também se destaca a questão da divisão sexual do trabalho, sendo nela implícita a relação exploração/opressão/dominação e a hierarquia de poder entre os sexos. Ressalta-se a tendência de naturalização do trabalho realizado pelas mulheres, o que resulta em uma invisibilidade de suas condições de precarização. Em uma das produções, o debate da divisão social e sexual do trabalho é associado à questão racial, considerando que são as mulheres negras as que ocupam os mais desqualificados e precários postos de trabalhos. Há destaque para a necessidade de as mulheres ocuparem os espaços públicos e a importância de se criar estratégias para se confrontar os padrões do pensar e do agir que estruturam as relações de poder institucionais. A temática

---

12 04/04

13 14/11

das relações de poder é tratada ao que diz respeito à participação política das mulheres em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em suas problematizações, a principal questão indicada se refere à ausência das mulheres nas esferas de decisão política dos movimentos. Também há análises que abordam as ações, conquistas e desafios do movimento feminista no enfrentamento da violência doméstica. Trata das particularidades da ação de um movimento em um estado por meio de entrevistas com suas lideranças que participam de um Fórum de Mulheres, evidenciando a necessidade de incorporação das pautas do movimento feminista nas políticas e na gestão pública.

Nos movimentos ligados à *juventude*<sup>14</sup> foram tematizados os movimentos sociais de defesa da criança e do adolescente, a questão da democracia participativa e da política social. As pesquisas se desenvolveram a partir das análises destes conteúdos materializados em realidades municipais, regionais e estaduais e de entrevistas com os movimentos sociais e organizações participantes de conselhos e fóruns de criança e adolescente. As questões abordadas foram os movimentos da infância e adolescência na luta por direitos nos anos 1980 (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) e sua articulação por meio do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente para impulsionar a democracia participativa. Como conclusões, evidenciou-se a necessidade de articulação das ações institucionais com as extra-institucionais; que os espaços conselhistas burocratizaram os movimentos sociais; e que a forte institucionalização de movimentos pós década de 1990 em ONGs extinguiu trabalhos de base e de formação política. A abordagem de movimento social exposta é de concebê-lo como conjunto de práticas sócio-políticas que se organizam para romper com as estruturas de poder que produzem desigualdade social, injustiças e violências; possuem relativa autonomia frente ao Estado mas também são espaços contraditórios porque se institucionalizam, se burocratizam e nem sempre permitem articulação com os sujeitos que representam. Esta abordagem é complementada com passagens teóricas de conteúdos que abarcam uma perspectiva

---

14 05/03

“culturalista” dos movimentos sociais. Como democracia participativa, há referência a um regime político que reconhece na população sua condição de participação e deliberação; de relações horizontais entre governos e sociedade.

Já o movimento dos aposentados<sup>15</sup> foi tratado por meio dos temas do empoderamento, capital social e identidade. As questões abordadas foram o movimento dos aposentados em um estado a partir da mobilização para a conquista de reajuste salarial a partir das memórias narradas em depoimentos de lideranças.

O movimento estudantil<sup>16</sup> é tematizado a partir de estudos sobre o movimento estudantil do Serviço Social (MESS) e a questão da formação profissional. As questões abordadas são a ação do MESS na ENESSO ao que se refere a sua posição política sobre universidade e formação profissional; disputas dentro do movimento pela sua direção social; análise da repressão aos estudantes universitários no período da ditadura civil-militar.

Nos estudos sobre o movimento quilombola<sup>17</sup>, foram abordadas a história dos quilombos como símbolo de resistência; histórico das leis sobre a questão do uso, posse e acesso das terras quilombolas; formação dos quilombos em realidades estaduais; comunidades quilombolas e demandas por políticas sociais; entrevistas com lideranças quilombolas sobre vivências, experiências e valores. Uma das conclusões centrais das produções é que as comunidades quilombolas deveriam participar dos espaços conselhistas para demandar por direitos e políticas sociais.

O eixo dos estudos teóricos, destacamos que nas tematizações da produção teórica sobre os movimentos sociais<sup>18</sup> tratou da questão das organizações revolucionárias brasileiras; projetos revolucionários, partido; participação popular; formas de organização de base; concepções teóricas sobre o conceito de sociedade civil; Serviço Social e política. Foi abordado o histórico de organizações partidárias de esquerda e sua integração à ordem; a concepção e ação de participação popular de um partido de esquerda sob a

---

15 01/01  
16 05/03  
17 02/02  
18 04/03

ótica dos seus representantes eleitos para cargos no executivo e legislativo e sua relação com os movimentos sociais numa realidade municipal; as diferentes concepções teóricas na tradição marxista e liberal sobre o conceito de sociedade civil. Como eixos conclusivos, foi destacado a necessidade de se resgatar a militância partidária junto aos setores populares como mecanismo de garantia da democracia interna nos partidos; subsunção do privilégio da política eleitoral à esta militância de formação de quadros; papel do partido como intelectual coletivo na elaboração da contra-hegemonia das classes subalternas e a necessidade histórica de um projeto político anticapitalista capaz de unificar lutas contra a desigualdade e todas as modalidades de exploração e opressão; necessidade dos partidos de esquerda incorporarem as lutas e movimentos LGBTs em sua dinâmica interna e em seus conteúdos programáticos.

No eixo processos de formação de militantes/consciência de classe<sup>19</sup>, foram abordadas os temas da subjetividade e histórias de vida da militância nos movimentos sociais em uma capital a partir das concepções de Felix Guattari; sujeitos sociais e identidade.

O grupo temático partidos, sindicatos e organizações de articulação de movimentos sociais, podemos evidenciar que as organizações sindicais<sup>20</sup> foram abordadas a partir dos referenciais teóricos que tratam da crise do capital; Estado ampliado; cidadania; sindicalismo e jornada de trabalho. As questões abordadas se referem às contrarreformas trabalhistas e sindicais no período neoliberal e as formas de atuação dos representantes das entidades sindicais; crise do sindicalismo nos anos 1990, com foco nas concepções e ações da Central única dos Trabalhadores (CUT); análise das resoluções dos congressos e ação dos seus sindicatos filiados em uma realidade municipal; posição das Centrais Sindicais (CUT, CSP-Conlutas, Intersindical e CTB) sobre a legislação trabalhista e sindical nos anos 1990 e 2000; posicionamentos e propostas da CUT em relação à contrarreforma da previdência; história do movimento operário na luta pela limitação e redução da jornada de trabalho; propostas de redução da jornada e suas relações

---

19 04/02  
20 24/10

com o desemprego; reestruturação produtiva e seus impactos no movimento sindical e a particularidade destes impactos em um sindicato dos metalúrgicos, ferroviário e em um sindicato rural. Nas análises empíricas, destacamos as tematizações das ações dos sindicatos analisados que estão em contraposição às ações defensivas e dialogais, que se expressam por meio de mobilizações, assembleias gerais nas fábricas e nos bairros, greves, passeatas, bloqueio de rodovias para reivindicar avanços nas negociações trabalhistas; crítica à ação institucional da CONTAG e relevância das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passa a dividir o cenário político com o movimento sindical rural; possibilidades de articulação das ações sindicais e dos movimentos sociais. Como elementos conclusivos há a constatação da hegemonia de uma atuação pragmática das organizações sindicais, reforçando a relação sindicato cidadão e governabilidade; descenso ideológico da CUT evidenciado nas resoluções dos seus congressos nacionais e em suas concepções teóricas e MST ideológicas que subsidiam análises e planos de ação; concepção de cidadania amalgamada nos parâmetros da ordem burguesa e na ação institucionalizada; necessidade dos sindicatos extrapolarem sua ação na esfera do trabalho e ocupar os espaços públicos e de estabelecer relação e ação com o conjunto de movimentos sociais que atuam no campo das políticas públicas.

Os *espaços de articulação de movimentos sociais*<sup>21</sup> são refletidos a partir dos temas da democracia participativa; participação social (popular), movimentos sociais, políticas públicas. Os trabalhos analisam alguns espaços de articulação das lutas sociais, como a Central de Movimentos Populares (CMP) e fóruns, analisando seus princípios, organização e estrutura, eixos e bandeiras de luta; organização e articulação nos estados, projeto político; congressos e a composição da direção. Realizaram entrevistas com assessores e dirigentes. As questões abordadas se referem à construção histórica da CMP enquanto sujeito coletivo e político que congrega múltiplos e diversos movimentos sociais visando articulá-los em torno de lutas gerais que os unifiquem, respeitando a autonomia e fortalecendo suas lutas específicas em torno da

---

21 07/05

criação de políticas públicas com participação popular. Também foi analisada a participação das lideranças de movimentos sociais no Observatório dos Direitos do Cidadão em uma capital, que objetiva acompanhar as políticas sociais e a atuação dos movimentos sociais em suas reivindicações e a atuação de um fórum em um município, composto por militantes de associações comunitárias, alunos/docentes universitários e ONGs. Como conclusões, há a constatação da diminuição dos estudos sobre a atuação e a articulação dos movimentos sociais; a necessidade de estudos sobre o desenvolvimento de outras formas de articulação, como os fóruns e redes; a persistência da fragmentação dos movimentos sociais, que continuam atuando nas lutas específicas de forma fragmentada, acompanhando o desenho das políticas públicas; o pós anos 2000 é marcado pela dificuldade de atuação com autonomia política dos governos petistas; e a afirmação do que articula os movimentos e organizações sociais é a defesa dos direitos e da cidadania, prevalecendo assim atividades de interlocução com o poder público como as atuações nos espaços das conferências e conselhos. Por outro lado, também se destaca que a priorização da luta institucional tem revelado a tendência à formação de um pequeno grupo dirigente, sem relação com sua base social e, portanto, a necessidade de se investir em ações de mobilização social. Destacamos a incorporação, neste campo temático, de uma concepção de movimentos sociais vinculada à perspectiva acionalista-culturalista<sup>22</sup> dos movimentos sociais. A temática da participação é abordada como a participação nas instâncias de decisão do Estado em relação às questões de interesse público e a questão da democracia se refere ao reconhecimento de direitos, ampliação e ocupação de espaços públicos democráticos em que os movimentos sociais possam exercitar a participação e a cidadania. Ou seja, aos movimentos sociais caberiam as lutas pelos direitos de cidadania.

Os estudos que abordaram os movimentos sociais e política social/*conselhos de direitos/orçamento participativo* foram identificadas as seguintes problematizações. Em relação aos conselhos de

---

22 Uma sumária e esquemática referência às abordagens culturalistas podem ser encontradas em Montano e Duriguetto (2010).



direitos<sup>23</sup> os temas tratados foram o neoliberalismo; conselhos; cultura política; formação econômico-social brasileira; política social e suas setorizações; descentralização; poder local; controle social; participação; democracia participativa; cidadania; Estado Ampliado; esfera pública e gestão pública. Realizaram-se pesquisas empíricas em espaços conselhistas municipais, regionais e estaduais; conferências e fóruns por meio de entrevistas com conselheiros. Os referenciais teóricos trataram das origens históricas dos conselhos de direitos; dos conteúdos sócio-políticos do controle social; da composição e processo de eleição dos conselheiros; agendas, atas e regimento interno dos conselhos; participação da sociedade civil; função dos conselhos para alargamento da democracia, da cidadania e das políticas sociais; capacitação dos conselheiros; objetivos das entidades inseridas; relação dos conselheiros com usuários; relação da sociedade civil com o poder público; descentralização da política; marco regulatório; política de ajuste neoliberal; orçamento e financiamento; agenda dos espaços conselhistas. São elementos conclusivos: fragilidade dos conselhos no cumprimento das atribuições; protestos e críticas não são visibilizados; dificuldades de formulação e deliberação; sem relação com representados; ações positivas quando da presença de MS articulados e envolvidos com a causa dos direitos que o conselho se atém; práticas autoritárias e clientelistas; desvalorização e desqualificação pela gestão, cumprem apenas determinação legal; desconhecimento das pautas; dificuldades materiais; não existência de acompanhamento e cobrança; desconhecimento dos conselheiros das demandas que representam; centralidade das ações na mesa diretora; falta de capacitação teórica e política dos conselheiros; os conselhos tanto podem servir para uma maior participação e um contraponto na defesa dos direitos como podem servir para engessar, rotinizar e burocratizar a participação; superposição de interesses corporativos e privados; conselhos são meros espaços consultivos e legitimadores das decisões do poder público; não discutem o orçamento; ações rotineiras, pontuais e burocráticas; despolítica da participação dos conselheiros, que invisibiliza os conflitos e as contradições de interesses. Como desafios, os estudos afirmaram que, sem uma cultura política

---

<sup>23</sup> 101/31

participativa, os espaços conselhistas não funcionam; necessidade de mobilizações para o cumprimento dos marcos regulatórios das políticas e condições de funcionamento dos conselhos; capacitação sobre as funções dos conselhos e sobre as políticas; logística material; efetiva formulação, deliberação e fiscalização da gestão pública e das políticas; uma produção destacou a necessidade da articulação com os movimentos sociais, sindicatos e partidos; criação de fóruns dos conselheiros; articulação entre os conselhos para superação da setorialização e corporativização; movimentos sociais devem conservar independência e autonomia para sua ação e formas de luta; os conselhos posto que divididos em políticas setoriais, acabam contribuindo com a fragmentação e ou diluição das questões políticas mais amplas e dificultando a construção de um projeto político global de sociedade; fundamental a vinculação dos conselhos com os demais movimentos da sociedade em prol da luta pela radicalização da democracia e da cidadania como ação estratégica; verificar a vitalidade dos processos organizativos locais capazes de não se restringirem aos encaminhamentos institucionais; criação de fóruns de entidades para controlar e respaldar as ações do conselho; articulação com os demais conselhos setoriais, com suas bases e com os movimentos sociais; conselhos constituem *locus* privilegiado para o Serviço Social para socializar seu compromisso com a justiça social por meio da defesa e efetividade das políticas sociais. Os profissionais foram considerados essenciais na assessoria técnica e política, a mobilizar e realizar o trabalho de base junto aos usuários. As ênfases temáticas verificadas referem-se aos conceitos de democracia participativa para situar o debate conselhistas; Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia, segundo a acepção gramsciana; democracia como ampliação da cidadania; concepção de espaço público como noção de que os interesses da maioria estarão incluídos nos processos de decisão política e no direito de todos à participação na vida pública em busca da universalização da cidadania como também de esfera pública como espaço de explicitação de interesses em conflito, de confronto entre projetos sociais e de luta pela hegemonia. Aqui há uma equalização entre a categoria de sociedade civil de Gramsci e espaço público como também a incorporação da noção de sociedade civil como a tematizam Habermas, Cohen e Arato.

No eixo temático *organizações/movimentos sociais na área da habitação*<sup>24</sup> foram identificados os temas participação popular, política pública, segregação sócio-espacial, movimento social urbano; desigualdades sócio-territoriais e classe social. Houve pesquisas sobre movimentos sociais atuantes em realidades municipais e estaduais, em que se abordou o Movimento de União dos Sem Teto (MUST) - numa ação de ocupação urbana e as relações e respostas com e do poder público e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia de um estado. Foram realizadas entrevistas com lideranças, assentados e representantes de organizações que apoiam o movimento. Também foram tratadas as lutas por moradia em uma capital, analisando a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) - e suas táticas de luta pela moradia, que culminaram no seu processo de institucionalização. Como elementos conclusivos, destacamos que os movimentos sociais exerceram papel determinante enquanto formas de pressão no processo de conquista do direito à moradia; positividade da criação dos espaços conselhistas na área da habitação e do orçamento participativo para discussão democrática da moradia e efetivação de espaços públicos de negociação dos distintos interesses sociais. Nestes espaços, o conflito é posto nas agendas da negociação; existência de uma tensão no interior dos movimentos, que geraram posturas que defendem a contestação e autonomia em relação ao Estado e as que defendem a esfera institucional como campo central dos encaminhamentos das demandas e lutas. Constatase uma ênfase teórica na concepção de movimentos sociais, em que se evidencia que os mesmos precisam ser mais articulados, propositivos e operativos a fim de responder à co-responsabilidade instituída e ao controle social sobre as ações e recursos estatais. Os conteúdos teóricos atribuídos aos movimentos sociais são advindos das teorias culturalistas dos “novos movimentos sociais”, apoiando-se em Melucci, Habermas, Offe, Laclau e nas produções nacionais de Dagnino, Benevides, Ghon, Sader e Sherer-Warren. Há abordagens também marxistas dos movimentos sociais, com destaque para as elaborações de A.Borón para os desafios dos movimentos sociais na América Latina.

---

24 20/10

A questão da participação popular é apreendida como conquista de espaço de representação e negociação para a formulação e implementação de políticas públicas.

As pesquisas sobre as *organizações/movimentos na área da saúde*<sup>25</sup> tiveram como temas tratados os movimentos sociais; participação; controle social, política de saúde. Pesquisas foram realizadas em realidades municipais com entrevistas com lideranças dos movimentos analisados. As questões abordadas foram a contribuição dos movimentos populares de saúde na luta pela reforma sanitária, em defesa da saúde pública e da implementação do SUS em realidades municipais; processos de organização, mobilização e formação política; caracterização das propostas e das concepções de controle social nas conferências nacionais de saúde. Uma das conclusões de maior destaque nas produções é que a constatação que a participação no campo da institucionalização, por meio de conselhos e conferências, culminou na desmobilização dos movimentos sociais. O tratamento teórico dos movimentos sociais é realizado a partir das contribuições de Melucci e o conceito de participação é apreendido como a formulação, acompanhamento, fiscalização e controle das políticas por meio dos espaços dos conselhos e das conferências.

No eixo *movimentos/organizações nas práticas do orçamento participativo*<sup>26</sup>, os temas desenvolvidos no referencial teórico foram democracia (com destaque para as formulações de Norberto Bobbio); cultura política; participação; descentralização; controle social; cidadania; orçamento participativo. Foram realizadas pesquisas em realidades municipais com entrevistas com lideranças e com o conselho do orçamento participativo. As questões abordadas foram os processos de democratização da gestão pública municipal pelo incremento da participação, controle e fiscalização a partir da experiência do orçamento popular; análise da natureza e formação para a cidadania a partir das experiências do orçamento participativo, com o foco na análise da transferência de poder de decisão dos investimentos públicos aos cidadãos; processo de construção da experiência e seu ciclo metodológico;

---

25 05/04

26 07/07

participação social na alocação dos recursos orçamentários na gestão pública municipal. Algumas considerações finais das análises realizadas destacam que a participação popular nas práticas do orçamento participativo, conselhos e fóruns a partir da atuação de partidos de esquerda e dos movimentos populares aumenta a reivindicação pelo reconhecimento dos direitos; morosidade no atendimento das reivindicações dos representantes populares e falta de formação técnica.

Nas reflexões relativas às organizações/movimentos sociais e Serviço Social, exporemos os conteúdos das produções a partir das subdivisões realizadas neste eixo temático, que expostas anteriormente. As investigações que tematizaram *Serviço Social e Conselhos de Direitos*<sup>27</sup> desenvolveram suas reflexões a partir da questão da descentralização; política social; espaços conselhistas; controle e participação social; projeto ético-político profissional. As questões abordadas foram a intervenção dos assistentes sociais nos conselhos; o potencial político do exercício profissional para o controle social da política setorial a qual o conselho se atém e das entidades que o compõem. As pesquisas empíricas se desenvolveram em realidades municipais, regionais e estaduais, com realização de entrevistas com profissionais - conselheiras e ou assessoras - e conselheiros. Aspectos pesquisados: especificidades, competências, demandas e respostas profissionais. Os estudos apresentam, como conteúdos conclusivos sobre a intervenção profissional nos espaços conselhistas, que as ações desenvolvidas tendem a se limitar na operacionalização dos aspectos administrativos, como orientação sobre como acessar serviços e benefícios; acompanhamento dos trabalhos dos conselhos e dos encaminhamentos; orientação quanto às políticas públicas desenvolvidas; avaliação de programas e projetos sociais. Evidencia-se a existência de poucas análises sobre a atuação profissional nestes espaços; tensões entre a equipe de profissionais e os conselheiros que buscam utilizar o conselho para a defesa de seus interesses privados; desânimo de atuação dos profissionais nestes espaços face à seus limites; acúmulo de atividades os impedem de se dedicar aos conselhos; participação do mesmo profissional em

---

27 11/09

diferentes conselhos; inexistência de experiências de participação e inserção política dos profissionais em lutas ou movimentos sociais, o que produz uma desvinculação das ações entre os profissionais e os movimentos sociais existentes nas realidades investigadas; inexistência de articulação dos profissionais conselheiros com os movimentos sociais, fóruns de políticas e sindicatos, o que limita a construção de alianças com outras organizações que lutam por direitos. Como desafios para a intervenção profissional nos conselhos se evidencia que os profissionais necessitam conceber estes espaços como possibilidades de desenvolver processos reivindicativos e fiscalização das ações estatais no âmbito das políticas; socializar as decisões tomadas com os usuários, com outros conselheiros e com outros espaços de controle social; realização de articulações extra-institucionais, valorizando outros espaços de luta social e autônoma dos movimentos sociais e suas estratégias de resistência; necessidade de agregar esforços da categoria e das diversas organizações para a criação de estratégias capazes de contribuir com a aglutinação de interesses comuns das classes subalternas, condição para o efetivo exercício do controle social; baixa inserção dos profissionais em movimentos sociais devido à retração política pelas quais passam estes movimentos, pelo acúmulo de atividades e pela reduzida cultura de participação; formação profissional potencializa o desenvolvimento do trabalho nos conselhos pelo compromisso com os princípios ético-políticos; similitude entre as competências profissionais e dos conselheiros que incluem habilidades para avaliar e elaborar planos, programas e projetos; incentivar a participação popular e o compromisso com a divulgação dos direitos aos usuários. A relação positiva com conselheiros representantes da sociedade civil pode somar esforços para a realização conjunta de propostas que girem em torno das demandas dos usuários e da luta pela efetivação e ampliação dos serviços sociais, articulando organismos populares de democracia de base com organismos tradicionais, como os conselhos. O processo de fiscalização, avaliação e proposição, que se efetiva na atividade dos profissionais nos conselhos, tanto possibilita a contribuição desses sujeitos na elaboração de um diagnóstico econômico-social sobre a realidade da implementação dos serviços sociais nos municípios, como contribui para a



elaboração de relatórios que podem subsidiar a luta em prol da garantia e ampliação dos serviços sociais. Conclusões sobre os espaços conselhistas: dificuldade de concretizar suas competências deliberativa, consultiva e fiscalizatória; escassos recursos previstos e executados pelas políticas que afetam também a estrutura física mantida pelos conselhos e impossibilita capacitações; inexistência de articulação do conselho com outras lutas sociais não institucionais como forma de forcejar embates políticos que ultrapassem os próprios limites do conselho e das políticas públicas; prevalência de interesses particularistas no campo dos setores não-governamentais obstruem lutas articuladas por políticas sociais universais. Consta-se, nas produções, uma ênfase temática nos temas do controle social, concebido como a conquista do acesso a direitos e a sua fiscalização quanto como a realização de transformações estruturais e construção de um outro projeto societário anti-capitalista. A forma de implementação do controle social pode acontecer por meio de diversas organizações: partidos, conselhos locais, sindicatos, movimentos sociais, conselhos gestores, orçamentos participativos, fóruns etc. e de democracia participativa, entendida como a participação popular nos espaços públicos na definição das prioridades no âmbito das políticas sociais a serem encaminhadas ao Estado.

A produção que tematizou a relação entre o *Serviço Social e questão agrária*<sup>28</sup> abordou, particularmente em relação à intervenção profissional, questões relativas à efetivação de políticas públicas destinadas à população rural, o que possibilitou a criação de alguns espaços de atuação dos profissionais nas organizações e movimentos sociais do campo. Estes evidenciam interesse pela atuação profissional em atuar noutras frentes de trabalho para além das áreas pelas quais foram contratados e reivindicam assessores ou militantes para orientação, coordenação e formação (técnica e política). O trabalho analisado reforça a necessidade de se ampliar o debate da relação entre Serviço Social e questão agrária na formação profissional e na produção de conhecimento.

No tema *Serviço Social e produção do conhecimento sobre os*

---

28 01/01

*movimentos sociais*<sup>29</sup> o trabalho realizou uma análise das produções da Revista Serviço Social e Sociedade e dos Trabalhos de Conclusão de Curso das Unidades de Ensino da Região Leste da ABEPSS sobre as categorias teóricas e os conceitos incorporados no Serviço Social sobre os movimentos sociais.

Na temática *Serviço Social e Habitação*<sup>30</sup>, as questões abordadas foram a experiência de estágio de discentes de Serviço Social no movimento de luta pela moradia – e as ações realizadas, como a realização de indicadores sociais para cadastro do movimento, aproximação à realidade sócio-econômica das famílias para subsidiar a elaboração da intervenção do Serviço Social junto aos sem-teto, ação que gerou documentos e projetos, como: histórico do assentamento e da ação dos moradores; ações educativas – refletir sobre as condições de vida no assentamento e proposição de ações. A produção ratifica, a partir destas análises, a importância e a necessidade da ampliação de campos e de experiências de estágios do Serviço Social nos movimentos sociais.

No tema *Serviço Social e organização sindical*<sup>31</sup> foram abordadas questões relativas aos desafios e dilemas contemporâneos da organização sindical dos trabalhadores no Brasil frente às mudanças no mundo do trabalho; a conversão às práticas reformistas e defensivas de correntes sindicais, com destaque para a CUT, e o processo de criação da CSP-Conlutas, que referenciada pela dimensão classista e autônoma, vem renovando a ação sindical. No contexto destas determinações gerais, se evidencia a particularidade da organização sindical da categoria – ANAS e FENAS - e suas perspectivas políticas e interventivas.

No eixo temático **movimentos sociais e ONGs**<sup>32</sup>, as categorias investigadas foram Estado, sociedade civil, democracia participativa, representações sociais e os chamados “novos movimentos sociais”. As questões abordadas foram o histórico da relação entre ONGs e os movimentos sociais – da emergência da ditadura civil-militar à conjuntura dos anos 2000; as particularidades desta relação

---

29 02/01

30 01/01

31 04/03

32 06/04

no contexto da questão urbana; ação política das ONGs e sua influência na democratização das políticas sociais implementadas em parceria com o poder público. As pesquisas empíricas sobre movimentos sociais e ONGs foram desenvolvidas em realidades municipais, como o estudo da União de Moradia dos Movimentos de São Paulo (UMM/SP) e da Central de Movimentos Populares (CMP). As questões pesquisadas foram as representações sociais dos sujeitos, suas identidades e seus papéis e formas de fazer política; acesso a recursos; formação política; relação com partidos e com o Estado. As produções apresentam como conteúdos conclusivos que, da função de assessoria aos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, as ONGs se transformaram, a partir dos anos 1990, em espaços de disputas de recursos e financiamentos públicos e privados; movimentos sociais pesquisados afirmam que as ONGs se apropriam de suas temáticas para elaborar suas ações e obter seus financiamentos; que conquistaram legitimidade e visibilidade a partir dos movimentos sociais, ocupando seus espaços e atuando como sua porta voz. Ressaltam que as novas configurações organizativas em redes e fóruns - a partir da década de 1980 - despontam como espaços potenciais para a publicização de conflitos e estabelecimento de consensos e de inter-relações entre ONGs e movimentos sociais para a efetivação de um projeto societal democrático-participativo. Importante destacar a acentuada presença das abordagens acionalistas/culturalistas na definição dos “novos movimentos sociais”.

No campo temático **organizações e movimentos sociais na atuação na questão agrária/urbana/ambiental** as questões abordadas nos trabalhos que analisaram a questão agrária<sup>33</sup> tematizaram as origens e constituição da Via Campesina enquanto um movimento nacional transnacional que se opõe à globalização neoliberal, suas estratégias e programas de ação, influência na formulação de políticas agrícolas e sua organização com os organismos internacionais Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização Mundial do Comércio (OMC); o trabalho pedagógico do MST nas escolas; lutas pela terra e a criação do MST nos estados; a questão agrária; processo de

---

33 39/09

estruturação dos assentamentos rurais; análise dos assentamentos em relação a identidade e os níveis de consciência social e principais problemas dos assentados; processo de formação da consciência, da formação política e ideológica realizados pelo MST e histórico de sua formação no Brasil, com destaque para a análise de como encaminham suas lutas e como as políticas públicas desfazem laços de solidariedade e de classe; estratégias de permanência na terra e caracterização das famílias assentadas; histórico do modelo de desenvolvimento agrário; questão agrária e concentração da propriedade fundiária; condições de vida e trabalho dos assentados; política educacional pública e o projeto pedagógico do MST para os assentamentos; estudo sobre cooperativismo e a construção de cooperação agrícola do MST; assentamentos e precariedade das políticas públicas e ausência de créditos agrícolas, falta de assistência técnica; assentamento e suas relações de sociabilidade; agricultura familiar; relação com organizações do governo, ONGs; concepção de socialismo do MST; trajetória das políticas para a reforma agrária; análise das contradições quando não há participação das mulheres negras no interior do MST. Algumas considerações finais das produções lidas evidenciam a necessidade da tematização da questão agrária pelo Serviço Social; importância da profissão conhecer o MST; a viabilização de assistência técnica e créditos aos assentados está mais voltada para fiscalizar do que promover as famílias assentadas; relação entre Estado e o MST quanto à formulação de políticas para a educação em assentamentos impede participação do movimento na gestão escolar e a não garantia de escolas; incompatibilidade entre a sistemática educativa implantada nas escolas de ensino fundamental e a prática pedagógica dos professores, que tratam com desinteresse o movimento; não inserção das mulheres negras na produção devido à divisão sexual e racial do trabalho; movimento abandonou o trabalho enquanto categoria central na luta socialista, priorizando a reforma agrária e, ao optar pela organização do trabalho com base na família, sustenta a divisão racial e sexual do trabalho, o que se agrava por não abordar as questões de raça e gênero; dependência dos assentamentos das políticas públicas municipais acaba por favorecer relações clientelistas e paternalistas.

As produções sobre as *organizações/movimentos sociais de atuação na questão urbana*<sup>34</sup> desenvolveram pesquisas empíricas sobre as realidades municipais, regionais e estaduais e entrevistas com lideranças populares. As questões abordadas foram a relação entre associação de moradores e o poder público na reivindicação por políticas sociais.

Como elementos conclusivos, destacamos a defesa do diálogo e parcerias dos moradores na definição, implementação, gestão e avaliação de obras e serviços públicos; a constatação de que nos anos 1980 havia uma postura mais independente das associações em relação ao poder público e, nos anos 1990, verificou-se uma postura mais integrada devido ao processo de abertura e institucionalização dos canais de participação; postura de parceria, colaboração e legitimação das ações do poder público tem contribuído para que as associações de moradores não portem as demandas dos movimentos de bairro. Como desafio, afirma-se a necessidade de se conciliar a mobilização crítica com a atuação institucional. Há um tratamento da concepção de movimentos sociais a partir das teorias culturalistas e a incorporação da noção de espaço público.

Na questão das *rádios comunitárias*<sup>35</sup> se abordou o Movimento Brasileiro de Radio Fusão Comunitária e a luta pela ampliação do acesso ao direito à comunicação; a atuação do movimento pela democratização da comunicação e da atuação das rádios livres nas décadas de 1970 e 1980 até a adoção da denominação de Radio comunitária nos anos 1990 numa realidade municipal.

No eixo temático **movimentos sociais na América Latina**<sup>36</sup>, as questões abordadas foram as resistências populares no processo de transição e consolidação democrática; o significado das lutas dos trabalhadores desempregados na Argentina pós anos 1990 com destaque para as suas iniciativas autônomas na luta contra as expressões da questão social, particularmente as do trabalho e as estratégias de contra-insurgência que se hipertrofiaram na política social pelo seu componente de controle e assistencialização.

34 15/03  
35 03/01  
36 08/04

## CONCLUSÃO

As sumárias sistematizações dos conteúdos tratados nas produções acadêmicas analisadas nos permitem, ainda que não tenhamos feito uma análise da totalidade das pesquisas realizadas, uma primeira aproximação ao estado da arte das tendências teóricas que vêm substantivando os conteúdos temáticos das pesquisas que têm como objeto de reflexão as organizações, lutas e movimentos sociais e/ou a relação entre o Serviço Social e as lutas sociais<sup>37</sup>.

Em relação às incorporações teóricas, identifica-se a recorrência às categorias próprias da tradição marxista, como classe social, luta de classes, consciência de classe, Estado, crises do capital etc; um crescimento da incorporação das premissas teóricas pós-modernas (que aqui amalgamamos com os construtos culturalistas /acionistas) e a recorrência a tradições teóricas diversas, o que deságua no ecletismo e no relativismo (que podemos perceber, por exemplo, nas conceituações de movimentos sociais, democracia, sociedade civil, esfera pública, etc.). A constatação do ecletismo e do relativismo, no trato das categorias analíticas que informam os referências teóricas utilizados, explicitam uma forte imprecisão teórica na problematização das questões que são objeto das pesquisas realizadas.

Nas investigações sobre o campo das lutas e movimentos sociais, podemos apreender que giram em torno do estudo das formas concretas de organização dos diferentes movimentos sociais (sindicais; do campo; por políticas sociais; étnico-raciais; feministas, etc.), suas origens, processos de desenvolvimento, conteúdos das suas lutas e demandas; relação com o Estado pela via das demandas por políticas sociais e, neste âmbito, em maior expressão, a reflexão sobre os espaços conselhistas. Chamamos atenção, aqui, ao esforço da explicitação, nos trabalhos que se detiveram ao desenvolvimento das análises expostas neste eixo,

37 Sistematizações nesta direção estão em ABEPSS. Relatórios-síntese (op cit.); DURIGUETTO, Ma. L.; BAZARELLO, R. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n.29, jan./jun.2015.; DURIGUETTO, Ma. L.; ABRAMIDES, Ma. B. (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2013.; MARQUES, M. G.; DAL MORO, M. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na contemporaneidade. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, jan./jun.2011.; e resultados das pesquisas publicadas pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, Disponível em: <<http://abepss.org.br>>.



à explicitação dos conflitos de classe nos processos históricos da formação social brasileira. No entanto, o tratamento destes conflitos – que são visibilizados nas suas ocorrências, sobretudo na esfera extra-institucional – vem sendo progressivamente secundarizados/ocultados pelo tratamento das tensões e ou negociações entre as organizações e movimentos sociais com as esferas governamentais nos espaços institucionais. Ou seja, no campo das pesquisas empíricas, observa-se uma centralidade das análises nos espaços institucionais, notadamente nas últimas duas décadas e meia, nos conselhos de direitos e, ainda, uma incipiente produção acadêmica ao que se refere aos estudos das lutas e movimentos sociais.

Quanto às produções que se debruçaram sobre a relação do trabalho profissional com os movimentos sociais, se evidencia iniciativas de análise da relação da atuação profissional junto às organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos interesses dos trabalhadores em geral e dos usuários do Serviço Social. Nestas produções, há a preocupação de se abordar os impactos produzidos pelo trabalho profissional nos movimentos/ organizações analisadas, dando visibilidade às problemáticas desta relação, seus limites e seus avanços. É significativa, também, a tematização da questão do processo de organização política da categoria, com destaque para a sindical.

No entanto, estes estudos e reflexões ainda vêm se realizando de forma bastante residual. Quando é abordado, as pesquisas tratam, em menor número, da inserção profissional em experiências de assessoria aos movimentos sociais por meio de programas de pesquisa, estágio e extensão realizados em universidades públicas. Afora estes relatos, a força quantitativa das análises está na exposição relativa à intervenção profissional nos espaços conselhistas. Não podemos também deixar de assinalar uma certa presença de nuances voluntaristas no trato da relação do trabalho profissional com as lutas e movimentos sociais.

As constatações acima expostas fortalecem a necessidade de um maior investimento de pesquisas e análises acerca das categorias próprias do universo da tradição marxista, que permitem uma apreensão crítica e classista do movimento e organização dos

trabalhadores; de desvelarmos, nos processos sócio-históricos da formação social brasileira, as resistências, lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores contra as condições de exploração e de opressão, para além de suas visibilidades nos espaços institucionais; de incentivarmos a tematização das relações do Serviço Social com o universo das lutas, organizações e movimentos sociais na produção acadêmica, na formação e no exercício profissional.<sup>38</sup>

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Relatórios-Síntese dos GTPs - Gestão ABEPSS – 2013-2014 - GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. **Temporalis**, [S.l.], v. 13, n. 26, p. 183-203, fev. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6703>>. Acesso em: 12/07/2017.

DURIGUETTO, Ma. L.; BAZARELLO, R. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun.2015.

<sup>38</sup> Uma importante agenda de pesquisa/plano de trabalho produzida pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social foi apresentada e discutida na assembleia do colóquio do GTP realizada no XIV ENPES (Natal, 2014). Dentre as proposições expressas, destacamos: aprofundar análises acerca da dimensão ideopolítica do exercício profissional, da relação entre militância, formação e exercício profissional; incentivar investigações dos impactos da reestruturação produtiva, das contrarreformas do Estado e da investida da chamada pós-modernidade na esfera da cultura, que rebatem nos processos de organização e ação dos movimentos sociais no Brasil; pesquisar os movimentos sociais e os partidos de esquerda na América Latina, recorrendo às fontes latino-americanas, bem como a particularidade do Serviço Social em sua relação com esses movimentos; fomentar investigações acerca dos movimentos sociais na realidade brasileira, suas tensões e deslocamentos ideopolíticos nos governos petistas, bem como suas lutas de resistência; estimular as pesquisas e os debates acerca das temáticas democracia, cidadania, participação, controle social, educação popular, sociedade civil, classe e consciência de classe, bem como sobre os instrumentos clássicos da luta de classes: o sindicato e o partido classista autônomo, independente, de lutas e de massa; aprofundar a reflexão crítica sobre o movimento operário e sindical e as demais formas de resistência (nas suas múltiplas expressões organizativas e demandas diferenciadas – gênero, raça, etnia etc.); ampliar os estudos acerca da questão agrária e das formas de resistência no campo; ampliar as pesquisas sobre os conselhos de direitos e os fóruns temáticos; problematizar a relação dos movimentos sociais com as formas de institucionalização da participação social no espaço estatal; ampliar as reflexões sobre as relações do assistente social com o movimento sindical, os demais movimentos sociais e os partidos políticos; reafirmar a importância, na formação profissional, da reconstrução histórica do movimento sindical dos assistentes sociais no interior da classe trabalhadora, a decisão pela inserção dos trabalhadores nos ramos de atividade econômica e os desafios contemporâneos da transitoriedade inconclusa e da retomada de sindicatos da categoria; enfatizar, na formação e no exercício profissional, a conquista das 30 horas e sua relação com a luta pela redução da jornada de trabalho da classe trabalhadora, sem redução de salário, bem como a articulação das entidades nacionais para a implementação dessa conquista; contribuir, nas reflexões e na intervenção profissional, com a superação do localismo e do imediatismo na ação dos movimentos sociais. Cf. Relatório do Colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XIV ENPES “Lutas Sociais e Produção de Conhecimento”. Natal, 2014. Disponível em: <<http://abepss.org.br>>.

DURIGUETTO, Ma. L.; ABRAMIDES, Ma. B. (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES, M. G.; DAL MORO, M. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 21, jan./jun.2011.

MONTÃO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe social e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 21, p. 13-47, jan./jun.2011.



## ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

*Internship supervised in Social Work: reflections from the reality of Juiz de Fora Federal University*

**Marina Monteiro de Castro e Castro\***

**Ana Maria Ferreira\***



### RESUMO

O artigo apresenta análise dos relatórios de pesquisas realizadas na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora nos anos de 2015/2016 que teve como objetivo avaliar o processo de supervisão de estágio e seus desafios contemporâneos. Foram levantadas questões acerca das condições de trabalho dos profissionais, características da política de estágio e sua contribuição para a formação e o trabalho profissional, bem como sobre a organização do processo de supervisão.

### PALAVRAS-CHAVE

Formação profissional. Estágio. Serviço Social.

### ABSTRACT

The present article presents an analysis of the research reports carried out at the Faculty of Social Service of the Federal University of Juiz de Fora in the years 2015/2016, whose objective was to evaluate the process of supervising the internship and its contemporary challenges. Questions were raised about

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, Juiz de Fora (MG), CEP.: 36036-330. E-mail: <marinamccastro@yahoo.com.br>. Elaboração do texto e análises.

\*\* Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, Juiz de Fora (MG), CEP.: 36036-330. E-mail: <anaferreira01@yahoo.com.br>. Elaboração do texto e análises.